



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 96, DE 2020

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 756, de 2019, do Senador Zequinha Marinho, que Informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

12 de Fevereiro de 2020



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Requerimento nº 756, de 2019, do Senador Zequinha Marinho, que requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre as providências adotadas para conter os desmandos que impedem o exercício legítimo e legal da garimpagem em Serra Pelada.

Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Petecão

I – RELATÓRIO

O Senador Zequinha Marinho, por meio do Requerimento nº 756, de 2019, requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal (CF), combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), informações sobre as providências adotadas pelo Ministério para conter os desmandos que impedem o exercício legítimo e legal da garimpagem em Serra Pelada.

O autor do requerimento recebeu da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada carta denuncia relatando inúmeros obstáculos à garimpagem na área, notadamente disputas minerárias. Por essa razão, pede informações sobre as ações do Governo Federal para resolução dos litígios e as medidas adotadas pela Agência Nacional de Mineração para sanar os conflitos minerários. Indaga também sobre o que tem sido feito para capacitar os pequenos mineradores quanto a técnicas não poluentes de extração de ouro e outros bens minerais.

A Cooperativa afirma que, a despeito de ser detentora de Portaria de Lavra, não recebe apoio institucional para explorar a área. Tal falta de apoio parece contrariar a prioridade que é dada às cooperativas pelo disposto nos arts. 14 e 15 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, que cria o regime de permissão de lavra garimpeira:

“Art. 14. Fica assegurada às cooperativas de garimpeiros prioridade para obtenção de autorização ou concessão para pesquisa e lavra nas áreas onde estejam atuando, desde que a ocupação tenha ocorrido nos seguintes casos:

.....

III - em áreas onde sejam titulares de permissão de lavra garimpeira.

.....

Art. 15. Cabe ao Poder Público favorecer a organização da atividade garimpeira em cooperativas, devendo promover o controle, a segurança, a higiene, a proteção ao meio ambiente na área explorada e a prática de melhores processos de extração e tratamento.”

Diante das denúncias, é importante o Ministério de Minas e Energia informar que medidas têm sido tomadas para retirar os obstáculos ao pleno exercício da garimpagem em Serra Pelada.

O requerimento foi encaminhado pela Comissão Diretora para elaboração de parecer da Mesa Diretora.

II – ANÁLISE

A Constituição Federal, no seu art. 49, inciso X, atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer uma de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Portanto, o Congresso Nacional tem o dever constitucional de acompanhar a atuação do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Mineração, no tocante à proteção dos direitos legítimos dos garimpeiros de Serra Pelada.

Outrossim, o § 2º do art. 50 da Constituição Federal prevê que *as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado.*

Esses pedidos, por sua vez, são regulamentados pelos arts. 215 e 216 do RISF. O art. 215 determina que dependem de decisão da Mesa os requerimentos de informações a Ministros de Estado. O art. 216 prevê que são admissíveis os requerimentos para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora. Por fim, o RQS em tela está de acordo com o Ato da Mesa nº

1, de 2001, que disciplina a tramitação de requerimentos de informação nesta Casa.

Diante disso e dado o cumprimento dos requisitos regimentais citados, trata-se tão somente de submeter à decisão da Mesa este relatório sumário acerca da admissibilidade geral da solicitação, em obediência ao disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – VOTO

Em vista da argumentação precedente, votamos pela admissibilidade do Requerimento nº 756, de 2019, do Senador Zequinha Marinho.



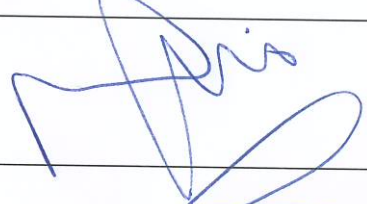



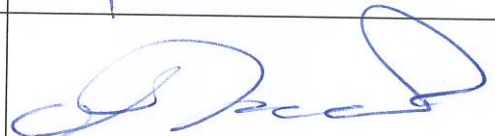
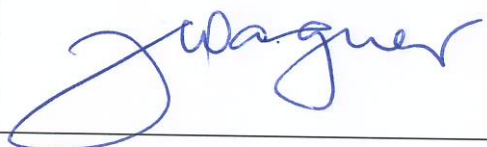

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA DO
SENADO FEDERAL - 2020**

12 de FEVEREIRO de 2020, às 09hs

Senador Davi Alcolumbre Presidente	
Senador Antonio Anastasia 1º Vice-Presidente	
Senador Lasier Martins 2º Vice-Presidente	
Senador Sérgio Petecão 1º Secretário	
Senador Eduardo Gomes 2º Secretário	
Senador Flávio Bolsonaro 3º Secretário	
Senador Luis Carlos Heinze 4ª Secretário	
Senador Marcos do Val 1º Suplente de Secretário	
Senador Weverton 2º Suplente de Secretário	
Senador Jaques Wagner 3º Suplente de Secretário	
Senador Leila Barros 4º Suplente de Secretário	

DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 756/2019)

EM SUA 1ª REUNIÃO, NO DIA 12.02.2020, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.

12 de Fevereiro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal